

ALUNO:

MATRÍCULA:

AVALIAÇÃO:

VALOR: 51.00 pontos

POLO:

DATA:

LOCAL:

CARGO:

MODELO: ROCESSO SELETIVO ONLINE DE ESTAGIÁRIOS(AS) DE NÍVEL SUPERIOR EM DIREITO E

INSTRUÇÕES DA AVALIAÇÃO

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS - DPEGO, e a UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ, tornam pública a realização de processo seletivo online para estágio não obrigatório remunerado, conforme disposições constantes neste Edital, visando o preenchimento de vagas existentes e a formação de cadastro de reserva, conforme as disposições abaixo:

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O processo de seleção para estagiário(a) será destinado a estudantes de curso de graduação em Direito matriculado a partir do 5º (quinto) período do curso de graduação, que estejam frequentes e regularmente matriculados(as) em instituições públicas ou privados, e estudantes que possuam bacharelado em Direito concluído regularmente e matriculados (as) em curso de pós-graduação, lato ou stricto sensu, também na área do Direito.

5.2 PROVA OBJETIVA - possuirá caráter classificatório, sendo composta por 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, contendo cada uma, 04 (quatro) alternativas, com apenas uma resposta certa, agrupadas por área de conhecimento, abordando matéria de Direito (Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Noções de Direito da Criança e do Adolescente e Princípios Institucionais da Defensoria Pública), sendo vedada a consulta à legislação, doutrina ou jurisprudência;

5.2.1 O acesso à Prova Objetiva (online) será liberado às 14h (horário de Brasília) do dia 24 de abril de 2022, no site: <https://universidadepatativa.provafacilnaweb.com.br/universidadepatativa/logincandidate>. O(a) candidato(a) terá até 10 (dez) minutos de tolerância para seu acesso e, após este prazo, será considerado ausente e desclassificado(a). E o(a) candidato(a) terá 03 (três) minutos para responder cada questão, que aparecerá de forma aleatória.

5.3 PROVA DISCURSIVA - possuirá caráter classificatório e será composta pela elaboração de texto dissertativo-argumentativo, o qual deverá ser confeccionado com o mínimo de 30 (trinta) e o máximo de 45 (quarenta e cinco) linhas, cujo tema proposto na ocasião da aplicação, terá pertinência às atribuições da defensoria pública, abordando o conteúdo programático, bem como a estrutura formal, textual, gramatical e técnica. 5.3.1 O acesso à Prova Discursiva (online) será liberado às 14h (horário de Brasília) do dia 24 de abril de 2022, no site: <https://universidadepatativa.provafacilnaweb.com.br/universidadepatativa/logincandidate>. O(a) candidato(a) terá até 10 (dez) minutos de tolerância para seu acesso e, após este prazo, será considerado ausente e desclassificado(a).

5.4 A pontuação referente ao texto dissertativo-argumentativo será distribuída uniformemente na forma dos critérios elencados:

5.4.1 Domínio da Língua Portuguesa;

5.4.2 Compreensão da proposta;

5.4.3 Seleção e organização de informações;

5.4.4 Demonstração da capacidade de argumentação;

5.4.5 Elaborar proposta de solução para o problema abordado.

5.5 O(a) candidato(a) terá 04 (quatro) horas para responder às 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha e redigir a sua redação.

Questão 1 - 1,0 ponto

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.
- b) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- c) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- d) É livre a manifestação do pensamento, garantido o anonimato

Questão 2 - 1,0 ponto

São direitos sociais garantidos constitucionalmente, entre outros:

- a) Segurança, educação, trabalho, lazer, previdência social, saúde, assistência aos desamparados, moradia.
- b) Educação, saúde, lazer, esporte, proteção à maternidade e à infância, previdência social.
- c) Moradia, educação, assistência, seguro-desemprego, segurança, maternidade.
- d) Emprego, renda, proteção à maternidade e à deficiência, saúde, segurança.

Questão 3 - 1,0 ponto

Conforme expresso preceito constitucional, a ordem econômica nacional, deve observar, dentre outros, os princípios de:

- a) Defesa do meio ambiente, livre-concorrência e defesa do consumidor.
- b) Livre-concorrência, redução das desigualdades trabalhistas e função social da posse.
- c) Defesa do consumidor, redução do desemprego e redução das desigualdades trabalhistas.
- d) Soberania nacional, propriedade pública e propriedade privada.

Questão 4 - 1,0 ponto

Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 é correto afirmar que:

- a) Na Constituição há uma relação simbiótica entre Direitos e Garantias Fundamentais.
- b) Os Direitos são normas processuais e as Garantias normas declaratórias
- c) Os Remédios Constitucionais são exemplos de Direitos Fundamentais Gerais.
- d) Todos os brasileiros e qualquer estrangeiro são titulares dos Direitos Fundamentais.

Questão 5 - 1,0 ponto

Segundo o artigo 127 da Constituição Federal: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Partindo desta premissa, tem-se que são funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) Promover, precipuamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- c) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Questão 6 - 1,0 ponto

O princípio da legalidade significa que:

- a) O administrador deve praticar o ato para o seu fim legal.
- b) A administração pode fazer o que a lei não proíbe.
- c) O administrador deve atuar de acordo com os padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- d) Parte da descrição de um juiz natural ou constitucional, que é outorgado pelo Poder Judiciário, com as garantias pessoais e institucionais da Constituição

Questão 7 - 1,0 ponto

Em relação a República Federativa do Brasil e as normas que a rege, é incorreto afirmar que:

- a) A República Federativa do Brasil não pode conceder extradição de estrangeiro por crime político.
- b) A suspensão dos direitos políticos, prevista no art. 15, III, da Constituição Federal, se dará em caso de condenação criminal transitada em julgada, enquanto durarem seus efeitos, podendo ser aplicada na hipótese de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
- c) A Constituição estabelece que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, o que é compatível com os princípios da independência nacional e de prevalência dos direitos humanos, expressamente previstos no texto constitucional.
- d) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, tendo a sua organização político-administrativa limitada aos citados entes, todos autônomos, nos termos da Constituição.

Questão 8 - 1,0 ponto

Com referência à administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

- a) Os serviços sociais autônomos, por possuírem personalidade jurídica de direito público, são mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.
- b) A fundação pública não tem capacidade de autoadministração.
- c) Como pessoa jurídica de direito público, a autarquia realiza atividades típicas da administração pública.
- d) A empresa pública tem personalidade jurídica de direito privado e controle acionário majoritário da União ou outra entidade da administração indireta.

Questão 9 - 1,0 ponto

Levando em consideração as disposições constitucionais sobre a organização de poderes, analise as seguintes afirmações:

I- São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, tendo como funções institucionais, entre outras, exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar, e requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

II- É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

III- As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

IV- Os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral serão nomeados pelo Presidente da República, sendo um quinto composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Marque a opção correta:

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas I é correta.
- d) Apenas IV é incorreta.

Questão 10 - 1,0 ponto

De acordo com a Constituição da República de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público:

I- O controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

II- Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

III- Rever, somente mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

IV- Zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

Marque a opção correta:

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas III é incorreta.
- d) Apenas I e IV estão corretas.

Questão 11 - 1,0 ponto

Com relação a competência legislativa dos entes federados, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que está correta a seguinte assertiva:

- a) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa concorrente da União e das unidades da Federação.
- b) É constitucional a legislação estadual que estabelece a redução obrigatória das mensalidades da rede privada de ensino, em razão da suspensão das atividades letivas, durante a vigência das medidas restritivas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus.
- c) As instalações industriais para a produção de energia nuclear no Estado do Tocantins poderão ser regulamentadas por lei estadual por se tratar de matéria que repercutirá no meio ambiente e na geração de emprego e renda para o estado, sendo, portanto, de competência legislativa concorrente entre a União e o ente federado.
- d) É inconstitucional lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias, por ser competência legislativa assegurada constitucionalmente à União, mas não obsta que os Estados e Municípios explorem essas atividades e nem a competência regulamentar dessa exploração.

Questão 12 - 1,0 ponto

Segundo a jurisprudência do STF, marque a alternativa INCORRETA:

- a) São inconstitucionais os dispositivos da Lei nº 10.001/2000 que impõem deveres aos membros do MP no que tange às conclusões da CPI.
- b) A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do art. 37, § 14, da Constituição Federal, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/19, nos termos do que dispõe seu art. 6º.
- c) Não é possível a cassação de aposentadoria de servidor público pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão.
- d) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Questão 13 - 1,0 ponto

Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, pode-se afirmar que:

- a) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já a administração indireta está dispensada da obediência aos princípios da publicidade e eficiência.
- c) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já o Poder Judiciário tem princípios próprios específicos de suas condições de exercício da Justiça.
- d) devem ser obedecidos pela administração pública indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já a administração direta está dispensada da obediência aos princípios da publicidade e eficiência.

Questão 14 - 1,0 ponto

Assinale a alternativa que apresenta apenas exemplos de atos administrativos normativos.

- a) Resoluções, deliberações e decretos.
- b) Decretos, instruções e licenças.
- c) Deliberações, portarias e certidões.
- d) Homologação, certidões e instruções.

Questão 15 - 1,0 ponto

É requisito do ato administrativo, exceto:

- a) Finalidade.
- b) Competência.
- c) Objetivo.
- d) Imparcialidade.

Questão 16 - 1,0 ponto

Sobre as espécies de atos administrativos, assinale a alternativa que possui a definição correta do ato.

- a) Atos Normativos: são aqueles que contem um comando geral do executivo, visando a correta aplicação da lei.
- b) Atos Negociais: são os que visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.
- c) Atos Enunciativos: são aqueles que contem uma declaração de vontade do Poder Público coincidente com a vontade do particular.
- d) Atos Ordinários: são os que se limitam a certificar ou atestar um fato.

Questão 17 - 1,0 ponto

Quando a Administração extingue um ato administrativo legal e perfeito, por razões de conveniência e oportunidade, no exercício do poder discricionário, pode-se dizer que houve extinção por:

- a) Cassação.
- b) Revogação.
- c) Anulação.
- d) Caducidade.

Questão 18 - 1,0 ponto

A expressão Agentes Públicos é abrangente e envolve entre outros: os Servidores Públicos. Estes, por sua vez, são os Agentes Públicos que mantém com o Estado um vínculo de natureza profissional. São Servidores Públicos, exceto:

- a) Agentes Políticos.
- b) Funcionários Públicos.
- c) Empregados Públicos.
- d) Temporários.

Questão 19 - 1,0 ponto

Os Atos Administrativos são todos aqueles editados pela Administração, sob regras de Direito Público, para a preservação dos interesses da coletividade. A afirmação inverídica sobre os Atos Administrativos está presente no item:

- a) Os atos administrativos pressupõem-se legítimos desde a sua edição, porém não se trata de uma presunção absoluta.
- b) A Administração é obrigada a motivar todos os atos, sejam eles vinculados ou discricionários.
- c) A decisão de anulação de um ato administrativo opera efeitos ex tunc, podendo-se invocar direitos adquiridos sobre o período anterior.
- d) A Administração pode executar sozinha os seus próprios atos, exceto nas situações que ensejarem as cláusulas de reserva judicial.

Questão 20 - 1,0 ponto

Os princípios constitucionais da Administração Pública tem por objetivo a preservação dos interesses públicos. Sobre eles é correto afirmar que:

- a) Quando a Administração edita um ato e inova em relação à lei não fere o princípio da legalidade com base no princípio
- b) Com base no princípio da impessoalidade é vedado à Administração estabelecer discriminações gratuitas, exceto se for para preservar o interesse público.
- c) Em respeito ao princípio da publicidade configura improbidade administrativa, na forma culposa, negar publicidade aos atos oficiais.
- d) Ato imoral é sinônimo de ato inconstitucional, não passível de apreciação pelo Judiciário, assim, preceitua o princípio da moralidade.

Questão 21 - 1,0 ponto

Assinale a alternativa correta, são causas que impedem ou suspendem a prescrição:

- a) Por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) Contra os ausentes do País em serviço público da União dos Estados ou dos Municípios.
- c) Por protesto cambial.
- d) Entre apenas os ascendentes, durante o poder familiar.

Questão 22 - 1,0 ponto

No que diz respeito aos bens, é correto afirmar que:

- a) Os bens acessórios são objetos corpóreos que podem ou não seguir o bem principal.
- b) Não é possível que um bem se torne indivisível por força da vontade das partes, já que a indivisibilidade dos bens decorre da natureza ou da lei.
- c) O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.
- d) A fungibilidade de um bem é determinada por sua natureza, de forma que um bem fungível não se pode tornar infungível em virtude de manifestação de vontade das partes.

Questão 23 - 1,0 ponto

Em matéria de direito de família, assinale a alternativa correta:

- a) Em ação judicial na qual se pretenda o reconhecimento e a dissolução de união estável homoafetiva, cuja competência é da vara de família, é indispensável a comprovação de coabitação.
- b) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não basta, para fins de anulação do registro de nascimento, que se verifique a divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro, sendo ainda necessária a comprovação de que não se formou relação socioafetiva entre pai e filho, e de que o pai foi de fato induzido a erro, ou, ainda, que tenha sido coagido a tanto.
- c) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar execução de alimentos em favor de criança ou adolescente, sendo possível o protesto e a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, mas vedada a prisão civil do executado na hipótese de pagamento parcial da obrigação alimentar.
- d) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a imposição do regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 70 (setenta) anos estende-se à união estável quando ao menos um dos companheiros contar tal idade à época do início do relacionamento, salvo a existência de pacto prevendo outro regime.

Questão 24 - 1,0 ponto

Considerando o que dispõe o Código Civil sobre a pessoa natural, assinale a alternativa correta:

- a) A capacidade de exercício é inerente a toda pessoa, o que significa dizer que toda pessoa tem capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações.
- b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) A emancipação voluntária pode ser concedida por ambos os pais, via instrumento público, ao filho maior de dezesseis e menor de dezoito anos de idade, sendo desnecessária a homologação judicial do ato.
- d) Na sistemática do Código Civil, não se admite a declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência.

Questão 25 - 1,0 ponto

Sobre a disciplina legal das pessoas jurídicas de direito privado é correto afirmar:

- a) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início de suas atividades jurídicas.
- b) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- c) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela vontade dos sócios com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica, a partir da teoria maior, exige a comprovação do abuso, o que se presume ocorrido caso haja encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica.

Questão 26 - 1,0 ponto

Dentre as pessoas jurídicas de direito privado previstas no Código Civil está a fundação, criada com a dotação especial de bens livres, por escritura pública ou testamento. A respeito dessa pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) Caberá ao Ministério Público elaborar o estatuto da entidade, caso o(s) encarregado(s) não o tenha(m) feito após transcorrido o prazo assinado pelo instituidor ou, não havendo prazo, depois de passados cento e oitenta dias.
- b) A fundação poderá constituir-se para atingimento de finalidade lucrativa.
- c) Se a fundação estender sua atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao Ministério Público do Distrito Federal e Território.
- d) Incumbe exclusivamente ao órgão do Ministério Público promover a extinção da fundação cuja finalidade tenha se tornado ilícita, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

Questão 27 - 1,0 ponto

Acerca dos princípios do processo civil, podemos afirmar que:

- a) Estão previstos no texto constitucional, mas não no código de processo civil.
- b) Estão previstos no código de processo civil, mas não no texto constitucional.
- c) Estão todos implícitos no código de processo civil.
- d) Com a edição do CPC de 2015, previu-se expressamente vários princípios que já tinham previsão constitucional e que, agora, foram estabelecidos especificamente no âmbito do código de processo civil.

Questão 28 - 1,0 ponto

Uma ação é idêntica a outra, segundo o código de processo civil quando:

- a) Reproduz-se ação anteriormente ajuizada.
- b) Possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- c) Repete-se ação que está em curso.
- d) Repete-se ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

Questão 29 - 1,0 ponto

Dentre as assertivas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- c) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- d) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de recebimento.

Questão 30 - 1,0 ponto

Sobre as sentenças no CPC assinale a resposta INCORRETA:

- a) Sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.
- b) A sentença está atrelada ao pedido, e o pedido corresponde ao objeto do processo.
- c) A sentença para ser considerada válida deve ser formada por três elementos básicos: relatório, fundamentação e dispositivo.
- d) Em uma sentença é no relatório que ocorrerá o julgamento final da causa apresentada.

Questão 31 - 1,0 ponto

O CPC trata dos precedentes, quando de uma decisão judicial a ser emanada. Analise as seguintes assertivas sobre o tema e assinale, após, a resposta CORRETA:

I. Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que deixar de seguir enunciado de precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

II. Os precedentes, quando invocados, devem ser analisados em qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão.

III. Em razão da sistemática do CPC atualmente as decisões judiciais não estão vinculadas somente à lei, mas também aos precedentes judiciais.

- a) Existem três afirmações verdadeiras.
- b) Existem duas afirmações verdadeiras
- c) Existe uma afirmação verdadeira
- d) Todas as afirmações são falsas.

Questão 32 - 1,0 ponto

Assinale a resposta FALSA:

- a) O sistema de precedentes, nas decisões judiciais, foi normatizado no atual CPC.
- b) Visando evitar a insegurança jurídica e a falta de previsibilidade das decisões judiciais, que podem surgir com decisões diferentes, para casos idênticos, o Brasil vem fortalecendo os precedentes judiciais.
- c) Para ser considerado um precedente a decisão judicial não necessita preencher qualquer requisito fundamental.
- d) Um dos argumentos favoráveis aos precedentes, é que a uniformização da jurisprudência traz a previsibilidade do direito, isonomia, segurança jurídica e agilidade nos julgamentos.

Questão 33 - 1,0 ponto

Marque a alternativa CORRETA sobre a pena no Brasil.

- a) No Brasil poderá haver pena de morte nos casos de guerra declarada.
- b) Para uma melhor ressocialização do detento, é permitido a pena de trabalho ainda que forçado.
- c) A pena de banimento somente é autorizada em casos de crimes hediondos.
- d) Existe a possibilidade de pena de caráter perpétuo, desde que o apenado tenha mais de 50 anos de idade e sua pena seja superior a 60 anos.

Questão 34 - 1,0 ponto

Beto foi preso em flagrante delito, conforme definido no Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores sobre prisão em flagrante, analise os itens a seguir indicando a assertiva correta:

- a) Se o flagrante foi retardado ou com ação controlada é ilegal.
- b) Da lavratura do auto de prisão em flagrante não precisará constar a informação sobre a existência de filhos, indicados por Beto.
- c) Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante e demais indícios, que o Beto portava arma de fogo de uso restrito, não poderá denegar a liberdade provisória.
- d) Se o juiz verificar que Beto praticou o fato em qualquer das circunstâncias ensejadoras das excludentes de ilicitude poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória.

Questão 35 - 1,0 ponto

Quanto aos crimes dolosos contra a vida que devem ser julgados pelo Júri Popular, assinale a assertiva correta:

- a) São da competência do Tribunal do Júri os crimes de homicídio doloso; aborto; auxílio, instigação ou induzimento ao suicídio; e lesão corporal seguida de morte.
- b) São da competência do Tribunal do Júri os crimes de homicídio doloso; aborto; auxílio, instigação ou induzimento ao suicídio; e latrocínio.
- c) É possível que o homicídio seja ao mesmo tempo qualificado e privilegiado, desde que a qualificadora seja de ordem objetiva.
- d) A natureza jurídica do feminicídio é de causa de aumento de pena.

Questão 36 - 1,0 ponto

Dos crimes contra o patrimônio, marque a alternativa correta:

- a) Os crimes de roubo e furto prescindem a posse mansa e pacífica para consumação, bastando a inversão da posse para que haja a consumação, ainda que pouco espaço de tempo, conforme teoria da amotio ou aprehensio.
- b) Em nenhuma hipótese, o crime de roubo é hediondo.
- c) Não há mais a figura do crime de roubo majorado pelo emprego de arma branca.
- d) É causa de aumento de pena a prática de crime de roubo mediante o concurso de três ou mais pessoas.

Questão 37 - 1,0 ponto

Dos crimes contra a administração pública, marque a alternativa correta:

- a) Delegado de Polícia deixou de instaurar inquérito policial para apurar suposto crime praticado por um amigo, para satisfazer interesse pessoal. É correto afirmar que houve o crime de condescendência criminosa.
- b) No crime de peculato doloso, se a reparação do dano, precede-se à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- c) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, configura o crime de corrupção ativa.
- d) Estagiário de Empresa Pública exigiu vantagem indevida de Fulano para deixar de praticar ato de ofício. É correto afirmar que ele praticou crime contra a administração pública.

Questão 38 - 1,0 ponto

No que concerne à lei de drogas e ao entendimento dos Tribunais Superiores é correto afirmar que:

- a) Por ser crime acessório, a associação para o tráfico de drogas não pode existir sem a prova da materialidade do crime principal.
- b) O juiz, na fixação das penas, em igualdade de condições com todas as circunstâncias previstas no Código Penal para estabelecimento das sanções básicas, considerará a natureza e a quantidade da substância ou do produto.
- c) Para a caracterização da majorante do tráfico entre Estados da Federação ou entre este e o Distrito Federal, necessária a efetiva transposição das respectivas fronteiras, não bastando a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- d) O condenado pela prática do crime de tráfico privilegiado poderá alcançar a progressão de regime prisional depois de ter cumprido pelo menos um sexto da pena no regime anterior, se ostentar bom comportamento carcerário.

Questão 39 - 1,0 ponto

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, analise as opções abaixo e assinale a CORRETA:

- I. O poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado àquele que possuir melhores condições financeiras, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência;
- II. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse desses, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;
- III. A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar;
- IV. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas pela autoridade judicial ou pelo Conselho Tutelar, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado de seus deveres e obrigações.
- V. Os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, exceto o direito à herança, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) As opções I, II e IV estão incorretas.
- c) As opções I, III, IV e V estão incorretas.
- d) As opções III, IV e V estão incorretas.

Questão 40 - 1,0 ponto

Sobre a Guarda é INCORRETO afirmar:

- a) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- b) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- c) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto nos de adoção por estrangeiros.
- d) A decisão em casos de disputa de guarda de Criança e do Adolescente é de competência do Conselho Tutelar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo o mesmo lavrar o acordo entre os pais ou o inteiro teor da decisão do Conselho e comunicar ao Juiz da Infância e da Juventude.

Questão 41 - 1,0 ponto

Sobre o instituto da REMISSÃO, analise as opções abaixo e assinale a opção CORRETA:

- I. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.
- II. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.
- III. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, mas prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, inclusive a internação.
- IV. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

- a) Todas as opções estão incorretas.
- b) As opções I, II e IV estão corretas.
- c) As opções I, III e IV estão corretas.
- d) As opções II, III e IV e estão incorretas.

Questão 42 - 1,0 ponto

O Art. 18-A do ECA, prevê que “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)”.

- a) elogie (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).
- b) ameace gravemente (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).
- c) ridicularize (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).
- d) humilhe (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

Questão 43 - 1,0 ponto

Segundo o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Estes direitos estão reunidos em três dimensões, que são:

- a) Individuais, civis e políticos; sociais, econômicos e culturais; difusos e coletivos.
- b) Individuais e políticos; econômicos e sociais; confusos e coletivos.
- c) Civis e sociais: econômicos e culturais; difusos e coletivos.
- d) Civis e políticos; sociais e culturais; confusos e coletivos

Questão 44 - 1,0 ponto

O Art. 17 da Lei n.º 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trata do direito ao respeito e consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente. Ele compreende a preservação da

- a) imagem, identidade, autonomia, valores, ideias, crenças e recursos materiais.
- b) imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, espaços e objetos pessoais.
- c) identidade, recursos materiais, autonomia, valores, espaços e objetos pessoais.
- d) identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, espaços, objetos pessoais e moradia.

Questão 45 - 1,0 ponto

Sobre a organização e os princípios institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal e na legislação específica, é correto afirmar:

- a) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, podendo a lei complementar federal dispor sobre sua aplicabilidade às Defensorias Públicas da União.
- b) Por força de norma constitucional, são asseguradas a autonomia funcional e a administrativa somente às Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.
- c) O Defensor Público da União é um órgão essencial à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei ordinária federal.
- d) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Questão 46 - 1,0 ponto

Nos termos da Lei Complementar Federal n.º 80/1994 e da Lei Complementar Estadual n.º 55/2009, constitui direito dos assistidos da Defensoria Pública:

- a) participar, com direito a voz, do Conselho Superior da DP/TO.
- b) obter informação acerca da atuação de defensores públicos distintos, em qualquer situação.
- c) o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural
- d) a participação na sugestão das diretrizes institucionais da Defensoria Pública e no acompanhamento das ações e projetos desenvolvidos pela Instituição, com vistas ao aperfeiçoamento do acesso à justiça.

Questão 47 - 1,0 ponto

Acerca das prerrogativas e dos deveres dos membros da Defensoria Pública estadual, julgue os itens a seguir, com base na Lei Complementar n.º 80/1994.

I É prerrogativa do defensor público comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, mediante prévio agendamento.

II O defensor público não pode ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao defensor público-geral.

III É prerrogativa do defensor público ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado-maior, com direito a privacidade, e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.

IV É vedado ao defensor público exercer atividade político-partidária enquanto atuar junto à justiça eleitoral.

V Defensor público não pode exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, em nenhuma hipótese.

Estão certos apenas os itens:

- a) III e IV.
- b) IV e V.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e V.

Questão 48 - 1,0 ponto

De acordo com a Lei Complementar n.º 80/1994, as funções institucionais da Defensoria Pública incluem:

I convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

II executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, exceto quando devidas pelo ente público ao qual pertença, direcionando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores.

III acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado.

IV prestar orientação jurídica e exercer a defesa apenas dos reconhecidos como necessitados financeiramente, em todos os graus.

V promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico.

Estão certos apenas os itens:

- a) II e V.
- b) III e IV.
- c) I, III e V.
- d) I, II, III e IV.

Questão 49 - 1,0 ponto

Um dos princípios institucionais da defensoria pública é prestar atendimento interdisciplinar. No entanto, as profissões apresentam diferentes abordagens dos aspectos do real. Nesta linha, para se constituir uma ação interdisciplinar faz-se necessário:

- a) Uma concepção unitária do saber e, ao mesmo tempo, individualizada em função do aprofundamento científico de cada área de atuação.
- b) Compreender que a interdisciplinaridade só se dá no campo da construção do conhecimento e, no âmbito da ação prático-operacional deve-se ter uma concepção unitária do saber.
- c) Reconhecer e não eliminar as diferenças, mas ter a clareza de que os diferentes saberes se re-encontram e se complementam.
- d) Fazer a clara distinção entre a ciência e a filosofia, pois ambas contraem saberes sob bases epistemológicas diferentes e só esta diferenciação permite o êxito do trabalho interdisciplinar.

Questão 50 - 1,0 ponto

Sobre a unidade e a indivisibilidade, princípios institucionais da Defensoria Pública do Estado, é correto afirmar:

- a) Permitem aos Defensores Públicos substituírem-se uns aos outros, sem prejuízo para a atuação institucional ou para a regularidade processual
- b) Conferem ao Defensor Público a garantia de agir segundo suas próprias convicções e a partir de seus conhecimentos técnicos.
- c) Asseguram aos destinatários do serviço a impossibilidade de alteração do Defensor Público no curso do processo.
- d) Fixam as atribuições do Defensor Público, que não podem ser alteradas posteriormente.

Questão 51 - 1,0 ponto

PROVA DISCURSIVA - possuirá caráter classificatório e será composta pela elaboração de texto dissertativo-argumentativo, o qual deverá ser confeccionado com o mínimo de 30 (trinta) e o máximo de 45 (quarenta e cinco) linhas.

Art. 1º A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

Disserte acerca da importância da Defensoria Pública no Brasil.

FOLHA DE RASCUNHO